

Desenvolvimento regional no sul de Santa Catarina: uma análise da SDR Araranguá

Angélica Massuquetti – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE UNISINOS) – angelicam@unisinos.br

Cátia Fernanda da Silva – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE UNISINOS) – silvacatia@hotmail.com

Eduarda Martins Correa da Silveira – MBA Executivo em Negócios Financeiros da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (MBA UNISINOS) – eduarda629@hotmail.com

Vanessa Krützmänn – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGE UNISINOS) – vanessakrutzmänn@hotmail.com

Resumo: O estado de Santa Catarina, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criou 30 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs), em 2003, estimulado pelo processo de descentralização política, administrativa e fiscal promovido pela Constituição Federal de 1988. A implantação das Secretarias foi um rompimento da forma tradicional da gestão pública, gerando um novo paradigma de desenvolvimento econômico, pensado no âmbito local e voltado para a articulação dos atores sociais. A região de Araranguá, localizada no sul do estado, foi uma das beneficiadas por este processo, contando com 15 municípios e denominando-se SDR Araranguá. O planejamento descentralizado no estado de Santa Catarina, portanto, demonstra a relevância do tema do desenvolvimento regional e esse estudo analisa o processo de desenvolvimento socioeconômico da SDR Araranguá, nos anos 1991 e 2000, nas áreas de saúde, educação e renda, e propõe estratégias para o seu desenvolvimento. Nesse artigo é utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), desenvolvido e calculado em parceria pelo PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro, além de outros indicadores socioeconômicos, como Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização, entre outros. Os resultados obtidos mostram que houve avanço nos seus IDH-M entre 1991 e 2000, sendo mais expressivo na área da educação, sendo a única dimensão em que a média dos índices alcançou o alto desenvolvimento, com IDH-M médio de 0,868, avanço de 15,71% em relação ao índice de 1991. O IDH-M Renda, por outro lado, apesar de ter aumentado seu índice médio em 9,79%, obteve um baixo desempenho em 2000, com IDH-M médio de 0,695, no entanto, ressalta-se que grande parte desse incremento teve relação com a ampliação das transferências do governo para os municípios. Já o IDH-M médio da Longevidade está quase alcançando o alto desenvolvimento, com índice de 0,793 em 2000, avanço de 7,95% em relação a 1991. No que se refere ao IDH-M geral, a região passou de 0,706 em 1991, para 0,785, em 2000, avanço de 11,25% no período. Desta forma, verifica-se a necessidade de programas governamentais que visem o crescimento econômico da região, como nas áreas de agropecuária e de turismo, e o aprimoramento do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Descentralização Política; SDRs.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos regionais têm sido intensificados nas últimas décadas em razão das disparidades regionais oriundas do processo de industrialização. Os problemas regionais tornam-se evidentes com o crescimento econômico desigual e os governos têm priorizado as estratégias de desenvolvimento regional para resolvê-los. Neste contexto, o estado de Santa Catarina, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),

criou 30 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs)¹, em 2003, estimulado pelo processo de descentralização política, administrativa e fiscal promovido pela Constituição Federal de 1988. De acordo com Krützmann e Massuquetti (2010), a descentralização política representa a indispensabilidade de fortificar a representação local e a participação popular, enquanto a descentralização administrativa refere-se ao repasse de certas responsabilidades na execução de políticas públicas da instância federal para os estados e municípios. Por fim, a descentralização fiscal representa a divisão das receitas do nível federal com os níveis subnacionais do governo.

O governo de Santa Catarina promoveu, desde 2003, um Plano de Desenvolvimento Regional para o estado através de um conjunto de atividades que incluíram: debates sobre os caminhos para o desenvolvimento entre entidades públicas e privadas e atores sociais, em todas as regiões catarinenses; elaboração de Plano Plurianual, identificando as prioridades das regiões para a alocação dos recursos do orçamento estadual; planos de ação para todas as SDRs; planos de ação setoriais, permitindo estabelecer diretrizes específicas; identificação dos aglomerados produtivos no estado; e ação do PNUD na região de Araranguá por meio do Projeto Meu Lugar (MEU LUGAR, 2009).

Para Butzke, Theis e Goularti (2009), a criação das SDRs teve o objetivo de promover o desenvolvimento territorial equilibrado e sustentável. A implantação das Secretarias foi um rompimento da forma tradicional da gestão pública, gerando um novo paradigma de desenvolvimento econômico, pensado no âmbito local e voltado para a articulação dos atores sociais. Suas missões são constituir um espaço, em nível regional, que se destine a construir parcerias tanto econômicas quanto sociais, utilizando-se da articulação política que tenha interesses locais e regionais e que se centre em montar estratégias específicas para o desenvolvimento do estado. A região de Araranguá, localizada no sul do estado, foi uma das beneficiadas por este processo, contando com 15 municípios e denominando-se SDR Araranguá.

O planejamento descentralizado no estado de Santa Catarina, portanto, demonstra a relevância do tema do desenvolvimento regional e esse estudo pretende analisar o processo de desenvolvimento socioeconômico da SDR Araranguá, nos anos 1991 e 2000, nas áreas de saúde, educação e renda, e propor estratégias para o seu desenvolvimento. Esse artigo está dividido em quatro seções: introdução; descrição dos procedimentos de pesquisa e

¹ As SDRs foram criadas pelo governador Luiz Henrique da Silveira, através da Lei nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e alterada pela Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007.

caracterização da região de estudo; análise e discussão dos resultados; e, por fim, as considerações finais.

2 MATERIAL E MÉTODO

2.1 Procedimentos de Pesquisa

Nesse estudo é utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), desenvolvido e calculado em parceria pelo PNUD, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro, além de outros indicadores socioeconômicos, como Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização, entre outros. Assim como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o IDH-M também varia entre 0 e 1, sendo 0 quando não há desenvolvimento e 1 quando há desenvolvimento total (divididos em grupos: baixo desenvolvimento – até 0,499; médio desenvolvimento – entre 0,500 e 0,799; e alto desenvolvimento – maior do que 0,800).

Na metodologia adotada pelo IDH-M são observados os seguintes indicadores:

1. Longevidade: considera a expectativa de vida no município ou estado no ano de referência, através da seguinte fórmula: $(\text{valor observado do indicador} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a 25 e 85 anos, respectivamente.
2. Educação: considera dois indicadores com pesos diferentes: taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade, com peso dois, e taxa bruta de frequência à escola, com peso um. O primeiro indicador refere-se ao número de pessoas com mais de 15 anos de idade capazes de ler e escrever uma frase simples (ou seja, adultos alfabetizados) dividido pelo número de pessoas com mais de 15 anos de idade. O segundo indicador resulta do número de indivíduos que estão frequentando a escola, independentemente da idade, dividido pela população local na faixa etária de sete a 22 anos de idade.
3. PIB *per capita*: utiliza o critério de renda *per capita*, ou seja, a renda média da população local. Para obter este valor, soma-se a renda total da população e divide-

se o resultado pelo número de pessoas residentes, ou, em termos mais exatos, é obtida a partir do indicador renda *per capita* média, através da fórmula: $[\ln(\text{valor observado do indicador}) - \ln(\text{limite inferior})] / [\ln(\text{limite superior}) - \ln(\text{limite inferior})]$, onde os limites inferior e superior são equivalentes a R\$ 3,90 e R\$ 1.560,17, respectivamente. Estes limites correspondem aos valores anuais de PIB *per capita* de US\$ 100 ppp e US\$ 40.000 ppp, utilizados pelo PNUD no cálculo do IDH-Renda dos países, convertidos a valores de renda *per capita* mensal em reais através de sua multiplicação pelo fator (R\$ 297/US\$ 7625 PPP), que é a relação entre a renda *per capita* média mensal (em reais) e o PIB *per capita* anual (em dólares PPP) do Brasil em 2000.

O IDH-M é obtido pela média aritmética simples dos três subíndices citados, referentes à longevidade (IDH-M Longevidade), à educação (IDH-M Educação) e à renda (IDH-M Renda).

2.2 Caracterização da Região

O estado de Santa Catarina possui 293 municípios e uma população de 5.866.252 habitantes (2007), distribuídos em uma área de 95.346,18 km² (IBGE, 2009), com uma densidade demográfica de 56,1 habitantes/km² (2000) (ATLAS, 2009). A taxa de analfabetismo do estado é de 6,32% (2000), a expectativa de vida ao nascer da população catarinense estava em 73,69 anos em 2000 e o coeficiente de mortalidade infantil, nesse mesmo ano, era de 16,79 para mil nascidos vivos (ATLAS, 2009). No que se refere aos dados econômicos, o PIB a preços de mercado (PIBpm) do estado, em 2006², foi de R\$ 93.173.498.000,37 e o PIB *per capita* foi de R\$ 9.280,00 nesse mesmo ano (IPEADATA, 2009).

A SDR Araranguá localiza-se ao sul do estado e sua área totaliza-se em 2.977,87 km², aproximadamente 3,12% da área de Santa Catarina (ATLAS, 2009). A região é formada por 15 municípios que constituem uma população de 174.574 habitantes (2008) (SC 2009, 2010), que são: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São

² Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional.

João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo. A Figura 1 apresenta a divisão do estado em suas atuais 36 SDRs, a localização e os municípios da região de análise, a SDR Araranguá.



FIGURA 1: Mapa de Santa Catarina e da SDR Araranguá
Fonte: SDR Araranguá (2009).

Em 2006, o PIB da SDR Araranguá foi de R\$ 1.602.384.000 e o PIB *per capita* foi de R\$ 9.589 (SC 2009, 2010). A Tabela 1 apresenta o número de habitantes, o PIB total e o PIB *per capita* dos municípios da SDR Araranguá, onde é possível observar que há disparidades na região, já que apenas quatro municípios – Araranguá, Sombrio, Turvo e Jacinto Machado – detêm 65,36% do PIB da SDR. O município de Turvo apresenta o melhor desempenho nestes indicadores, estando em terceiro lugar no *ranking* do PIB e em segundo no que diz respeito ao PIB *per capita* (perdendo apenas para a cidade de Ermo, que possui 1.877 habitantes).

TABELA 1: Número de Habitantes, PIB total e PIB *per capita* dos Municípios da SDR Araranguá – 2006 e 2008

Municípios	Habitantes 2008	PIB total R\$ mil - 2006	PIB <i>per capita</i> R\$ - 2006
Araranguá	59.134	544.166	8.715
Balneário Arroio do Silva	8.558	48.392	6.518
Balneário Gaivota	7.732	42.128	6.315
Ermo	1.877	37.603	18.290
Jacinto Machado	11.048	111.212	10.606
Maracajá	6.130	82.266	13.258
Meleiro	7.070	93.187	13.519
Morro Grande	2.790	21.495	7.585
Passo de Torres	5.575	45.183	8.027
Praia Grande	7.321	49.866	7.054
Santa Rosa do Sul	8.208	48.690	5.908
São João do Sul	7.143	51.675	7.197
Sombrio	25.332	211.763	8.054
Timbé do Sul	5.270	34.575	6.732
Turvo	11.386	180.183	16.059
Total e PIB <i>per capita</i> médio	174.574	1.602.384	9.589

Fonte: Elaboração própria a partir de SC 2009 (2010).

A SDR tem sua economia fortemente baseada na agricultura, com 36,7% da população sendo considerada rural em 2000 e constituída por índios, negros, caboclos, açorianos, italianos, alemães e poloneses. A agricultura da região é formada, principalmente, por pequenas propriedades familiares, de produção diversificada (MEU LUGAR, 2009). Outra característica da atividade agrícola é que mais de 50% dos estabelecimentos possuem uma área inferior a 10 ha. Além disso, aproximadamente, 73% dos estabelecimentos são caracterizados pelo agricultor proprietário, mesmo assim, a categoria arrendatário também está presente em 15% dos estabelecimentos (ESTUDO, 2009). O arroz representa uma das principais culturas da região, sendo que três municípios da SDR – Turvo, Meleiro e Jacinto Machado – estão entre os dez principais municípios produtores de arroz em casca do estado de Santa Catarina (2006) (IBGE, 2009). Além disso, as culturas do fumo, do feijão, do milho, da mandioca, da cana-de-açúcar e de diversas frutas, como banana, além da criação de aves, de bovinos e de suínos, também estão presentes na SDR como importantes atividades do setor primário. Essa característica da região revela a importância desse setor para a ocupação da mão-de-obra da região.

Além da produção agrícola, a região também se destaca no setor mineral, com pedras, turfa, argila e areia, no setor vegetal, com madeira e palha, e no setor animal, com peixe e mel (MEU LUGAR, 2009). A indústria, a construção civil e o comércio e serviços são importantes setores na geração de empregos para a região: grande parte do emprego (55,3%) está

concentrada no comércio e serviços, restando 40,9% para a indústria. A concentração industrial nas cidades de Araranguá e de Sombrio (60% do total de indústrias da região) acaba tornando-as centrais na economia da região (ESTUDO, 2005). A SDR Araranguá possui empresas de grande porte, que se encontram entre as 500 maiores empresas do país, como a Industrial Pagé Ltda – fabricante de máquinas de pré-limpeza, de transportadores e de secadores de cereais – e a Seara Alimentos S/A – produtora de frango inteiro, de produtos processados e de suínos (SC 2008, 2009).

Em relação à constituição do PIB da região, de acordo com SPG (2009), o setor de serviços é a atividade de maior importância econômica na SDR e está presente como principal fonte de renda em cinco dos 15 municípios da Secretaria. A indústria (predominante em dois municípios) e a agricultura (predominante em oito municípios) completam o restante da composição econômica da região. Cabe destacar que a indústria é a principal fonte de geração de renda para o estado de Santa Catarina.

Os dados socioeconômicos da SDR são inferiores aos encontrados no estado, com uma taxa de analfabetismo média entre os municípios integrantes de 9,39% (2000) (ATLAS, 2009), uma expectativa de vida ao nascer, em 2000, de 72,6 anos e um coeficiente de mortalidade infantil de 19,26 por mil nascidos (2000). No que se refere ao saneamento da região, a SDR é considerada problemática, visto que, “59,6% das residências não recebem água tratada, aproximadamente 92% delas não são atendidas por rede de esgoto e o serviço de coleta de lixo não atinge a toda população” (MEU LUGAR, 2009, p. 20). Mas em relação à pobreza, à violência e à juventude, os dados são positivos, permitindo elevar a qualidade de vida da região (MEU LUGAR, 2009).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são analisados os indicadores de desenvolvimento socioeconômico, nas áreas de longevidade, educação e renda, da SDR Araranguá e dos municípios que a integram.

3.1 Longevidade

O subíndice da longevidade é calculado a partir da esperança de vida da população e pretende fornecer informações sobre a saúde da população. Os dados apurados para a SDR Araranguá, nos anos de 1991 e 2000, mostram que houve avanço em todos os municípios integrantes, assim como para o estado e para o país, conforme pode ser visto na Tabela 2.

TABELA 2: IDH-M Longevidade e Esperança de Vida ao Nascer dos Municípios da SDR Araranguá – 1991 e 2000

Municípios/Região/ Estado/País	IDH-M Longevidade, 1991	IDH-M Longevidade, 2000	Esperança de vida ao nascer, 1991	Esperança de vida ao nascer, 2000	Varição na Esperança de vida (%)
Araranguá	0,734	0,829	69,05	74,72	8,21
Balneário Arroio do Silva	0,734	0,767	69,05	71,04	2,88
Balneário Gaivotas	0,767	0,806	71,02	73,34	3,27
Ermo	0,704	0,767	67,22	71,04	5,68
Jacinto Machado	0,729	0,767	68,72	71,04	3,38
Maracajá	0,737	0,828	69,24	74,65	7,81
Meleiro	0,716	0,748	67,98	69,9	2,82
Morro Grande	0,792	0,856	72,51	76,38	5,34
Passo de Torres	0,734	0,816	69,05	73,98	7,14
Praia Grande	0,700	0,767	67,02	71,04	6,00
Santa Rosa do Sul	0,704	0,767	67,23	71,04	5,67
São João do Sul	0,729	0,767	68,72	71,04	3,38
Sombrio	0,767	0,829	71,02	74,72	5,21
Timbé do Sul	0,729	0,767	68,72	71,04	3,38
Turvo	0,749	0,821	69,97	74,25	6,12
SDR Araranguá*	0,735	0,793	69,10	72,61	5,08
Santa Catarina	0,753	0,811	70,2	73,7	4,99
Brasil	0,699	0,757	66,0	68,6	3,94

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009) para os dados municipais, da SDR e do estado; a partir de PNUD (2009) para o IDH-M Longevidade do país; e a partir de IBGE (2009) para os dados de esperança de vida do Brasil.

Nota: (*) Para obter o IDH-M Longevidade da SDR foi calculada a média dos municípios que a integram.

Dos municípios da SDR, sete conseguiram alcançar o alto desenvolvimento em 2000, sendo que os demais se enquadraram no médio desenvolvimento. Os municípios que obtiveram a esperança de vida mais alta e, por consequência, o melhor IDH-M Longevidade, foram Araranguá e Sombrio, com 74,72 anos. Ressalta-se que os municípios, com exceção de Meleiro, conquistaram índices melhores do que o do Brasil.

Na Tabela 3, pode ser verificada a esperança de vida por faixas etárias, permitindo a análise do avanço que os municípios obtiveram ao longo da década.

TABELA 3: Esperança de Vida ao Nascer na SDR Araranguá – 1991 e 2000

Faixa Etária	1991		2000	
	Municípios	População	Municípios	População
66,00 a 68,00	4 (26,7%)	24.390 (17,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
68,00 a 70,00	8 (53,3%)	88.987 (64,0%)	1 (6,7%)	7.080 (4,4%)
70,00 a 72,00	2 (13,3%)	21.988 (15,8%)	7 (46,7%)	46.226 (28,9%)
72,00 a 74,00	1 (6,7%)	3.693 (2,7%)	2 (13,3%)	9.850 (6,1%)
74,00 ou maior	0 (0,0%)	0 (0,0%)	5 (33,3%)	97.013 (60,6%)
Total	15 (100,0%)	139.058 (100,0%)	15 (100,0%)	160.169 (100,0%)

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009).

Pelo exposto verifica-se que no ano de 1991, dos municípios que constituem a SDR Araranguá, oito deles apresentaram esperança de vida entre 68 e 70 anos. Da mesma forma, a maior parte da população (64%) vivia em regiões com esta esperança de vida. Vale destacar aqui que apenas um município (2,7% da população) tinha uma esperança de vida entre 72 e 74 anos. Ademais, nenhum município apresentou uma esperança de vida maior do que 74 anos em 1991. Ressalta-se ainda que, no referido ano, a esperança de vida no Brasil era de 64,73 anos (ATLAS, 2009). Com relação ao ano de 2000, Atlas (2009) mostra que a SDR Araranguá teve um aumento da esperança de vida entre os anos selecionados. Dessa forma, verifica-se que todos os municípios da região apresentaram esperança de vida superior a 68 anos. Em 2000, há sete municípios com esperança de vida entre 70 e 72 anos, ao passo que a maior parte da população (60,6%) vivia em municípios com esperança de vida superior a 74 anos. Ainda, neste mesmo ano, a esperança de vida do Brasil também era maior do que no início do período: 68,61 anos.

Assim, constata-se pelo apresentado que, no ano de 1991, o município com maior índice de longevidade era Morro Grande (0,792) e com menor longevidade era Praia Grande (0,700).

Em 2000, os municípios com maior e menor índice de longevidade, respectivamente, foram Morro Grande (0,856) e Meleiro (0,748). Vale ressaltar que todos os municípios que compõem a SDR apresentaram incremento no índice entre os anos selecionados, com destaque para os municípios de Araranguá, Maracajá e Passo de Torres. Já os municípios com menores acréscimos nesse índice foram Meleiro, Balneário Arroio do Silva e Balneário Gaivota.

3.2 Educação

Com relação ao tópico educação são analisados, principalmente, dois indicadores: taxa de alfabetização e taxa de frequência à escola. Na Tabela 5 foram analisados o IDH-M Educação e a taxa de alfabetização dos municípios, da SDR, de Santa Catarina e do Brasil. Pode-se verificar que, com relação à taxa de alfabetização, o município que apresentou maior percentual de pessoas alfabetizadas, em 1991, foi Araranguá, com 88,94%, possuindo, desta forma, um IDH-M de 0,798. Já Timbé do Sul, que tinha apenas 81,33% de sua população alfabetizada, alcançou o segundo menor IDH-M entre os municípios da SDR, com 0,718. Cabe ressaltar que Santa Catarina obteve o melhor índice em 2000, com 0,808, alcançando o alto desenvolvimento. Ao comparar os municípios com o Brasil, além do IDH-M médio da SDR, oito municípios posicionaram-se acima do índice 0,745, alcançado pelo país. Já em 2000, observa-se que Turvo passou a ocupar a primeira posição com relação a esse indicador, com 93,25% da população alfabetizada, obtendo o terceiro IDH-M mais alto dos municípios: 0,889. Já no outro extremo, encontra-se Praia Grande que, nesse mesmo ano, teve o menor percentual da população alfabetizada, 87,66%, obtendo o IDH-M de 0,850. Na comparação dos índices obtidos pelos municípios em relação ao estado, somente Balneário Arroio do Silva ficou melhor posicionado, obtendo um índice de 0,908, em relação ao 0,906 obtido pelo estado. Na comparação com o país, somente Timbé do Sul (0,844) obteve um índice inferior ao obtido pelo país (0,849).

Agrupando os municípios em faixas de taxas de alfabetização, conforme Tabela 4, nota-se que, em 1991, quatro municípios da SDR Araranguá possuíam taxa de alfabetização num intervalo de 80 a 82,5%, três municípios apresentavam de 82,5 a 85% de sua população alfabetizada e oito municípios apresentavam taxas de alfabetização entre 85 a 90%. Observa-se que nenhum dos municípios apresentou taxa de alfabetização superior a 90%.

No ano de 2000, todos os municípios melhoraram seus percentuais com relação a esse indicador. No que se refere à taxa de alfabetização, é importante destacar que muitos municípios aumentaram consideravelmente o índice entre 1991 e 2000. Passo de Torres, por exemplo, evoluiu 9,26%, Santa Rosa do Sul, 8,96% e Ermo e Timbé do Sul, mesmo apresentando percentual de alfabetização inferior a 90%, apresentaram progressos significativos. De acordo com Atlas (2009), em 2000, seis municípios apresentaram taxas de alfabetização entre 87,5 a 90% e nove municípios (representando 78% da população) apresentaram uma taxa de alfabetização superior a 90%.

TABELA 4: Taxa de Alfabetização na SDR Araranguá – 1991 e 2000

Intervalos	1991		2000	
	Municípios	População	Municípios	População
80,00 a 82,50	4 (26,7%)	22.116 (15,9%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
82,50 a 85,00	3 (20,0%)	20.765 (14,9%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
85,00 a 87,50	4 (26,7%)	18.130 (13,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
87,50 a 90,00	4 (26,7%)	78.047 (56,1%)	6 (40,0%)	35.290 (22,0%)
90,00 ou maior	0 (0,0%)	0 (0,0%)	9 (60,0%)	124.879 (78,0%)
Total	15 (100,0%)	139.058 (100,0%)	15 (100,0%)	160.169 (100,0%)

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009).

SPG (2009) apresenta e compara dados dos municípios da SDR Araranguá com o estado no item educação. O estudo indica que, no ano 2000, Turvo é o único município com taxa de analfabetismo igual a do estado, 7,4%, e todos os demais municípios apresentaram taxas maiores. Em 1991, todos os municípios apresentaram taxas de analfabetismo muito maiores do que aquela apresentada pelo estado: 11,5%. Praia Grande, em 1991, possuía a maior taxa de analfabetismo, com 24,21%, enquanto Araranguá foi o município que mais se aproximou do percentual apresentado pelo estado, com 12,43% de analfabetos. Segundo Estudo (2005), a SDR Araranguá possuía, em 2001, 231 estabelecimentos de ensino, dos quais 69,7% estavam situados na zona rural. O referido estudo também destaca que, com relação aos indicadores de educação, a região possui nível de desempenho médio para a educação básica, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): média de 0,870. Tal índice é calculado a partir de 14 indicadores que contemplam a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

O segundo indicador a ser analisado referente ao item educação é a taxa bruta de frequência à escola. O Gráfico 1 revela que apenas Araranguá, em 1991, apresentava percentual de taxa de frequência à escola superior a 60%. Os demais municípios apresentaram

percentuais entre 50,01% (Santa Rosa do Sul) a 58,11% (Balneário Gaivota). Em 2000, pode-se observar que Maracajá apresentou o menor percentual de taxa bruta de frequência à escola, com 75,41%. E Balneário Gaivota apresentou o melhor percentual para esse período: 86,99%. Nota-se que todos os municípios, de modo geral, melhoraram seus percentuais. Assim, verifica-se que 11 municípios apresentaram taxa bruta de frequência à escola entre 75% a 80% e quatro municípios (Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota e Turvo) apresentaram percentual acima de 80%.

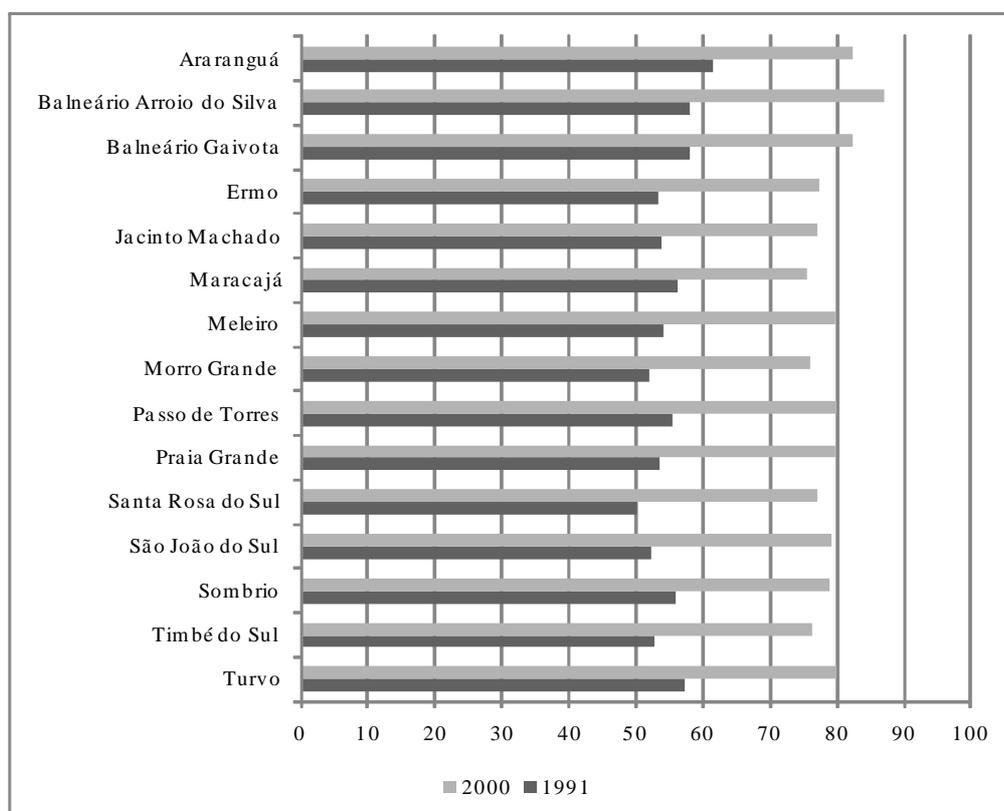


GRÁFICO 1: Taxa Bruta de Frequência à Escola nos Municípios da SDR Araranguá – 1991 e 2000

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009).

O IDH-M Educação, apresentado na Tabela 5 abaixo, resulta, portanto, da análise desses dois indicadores apresentados: taxa de analfabetismo e frequência escolar. Observa-se que, em 1991, todos os municípios ficaram entre 0,715 a 0,798. Nesse ano, o melhor índice era do município de Araranguá e o pior de Santa Rosa do Sul. No ano de 2000, o IDH-M Educação ficou entre 0,850 (Praia Grande) e 0,908 (Balneário Arroio do Silva). Em todos os municípios os índices melhoraram, reflexo do bom desempenho nos indicadores taxa de alfabetização e taxa bruta de frequência à escola. O maior desenvolvimento foi conquistado

pelo município de Santa Rosa do Sul, que avançou 20,14% no seu IDM-H e a menor variação foi do município de Maracajá, com 11,86%. Percebe-se que não há grandes disparidades nos municípios da SDR Araranguá com relação ao IDH-M Educação, tanto em 1991 quanto em 2000. Dessa forma, pode-se afirmar que os municípios evoluíram de modo uniforme, com pequenas variações nas taxas apresentadas. No entanto, SPG (2009) compara o IDH-M Educação dos municípios da SDR Araranguá com o do estado de Santa Catarina e pode-se observar que, no ano de 1991, no estado, o índice foi de 0,808, consideravelmente superior àquele apresentado por grande parte dos municípios, uma vez que nenhum ultrapassou o índice de 0,800 – valor necessário para ser considerado um município com IDH-M Educação de alto desenvolvimento. Logo, pelos índices observados, os municípios possuíam desenvolvimento médio com relação a esse indicador. Em 2000, conforme exposto em SPG (2009), o estado apresentou um IDH-M Educação de 0,906 e, como já destacado, somente Balneário Arroio do Silva tem índice maior do que o estado e possui desenvolvimento alto nesse aspecto.

TABELA 5: IDH-M Educação e a Taxa de Alfabetização dos Municípios da SDR Araranguá – 1991 e 2000

Municípios/Região/ Estado/País	IDH-M Educação, 1991	IDH-M Educação, 2000	Taxa de alfabetização, 1991	Taxa de alfabetização, 2000	Varição no IDH-M Educação
Araranguá	0,798	0,894	88,94	92,97	12,03%
Balneário Arroio do Silva	0,764	0,908	85,55	92,66	18,85%
Balneário Gaivotas	0,763	0,877	85,39	90,37	14,94%
Ermo	0,725	0,854	82,17	89,32	17,79%
Jacinto Machado	0,736	0,854	83,59	89,48	16,03%
Maracajá	0,776	0,868	88,28	92,55	11,86%
Meleiro	0,754	0,872	86,12	91,07	15,65%
Morro Grande	0,749	0,849	86,32	89,41	13,35%
Passo de Torres	0,739	0,877	83,19	91,68	18,67%
Praia Grande	0,724	0,85	81,89	87,66	17,40%
Santa Rosa do Sul	0,715	0,859	82,27	90,37	20,14%
São João do Sul	0,733	0,849	83,84	87,84	15,83%
Sombrio	0,776	0,876	88,33	92,02	12,89%
Timbé do Sul	0,718	0,844	81,33	88,48	17,55%
Turvo	0,782	0,889	88,65	93,25	13,68%
SDR Araranguá*	0,75	0,868	85,06	90,61	15,73%
Santa Catarina	0,808	0,906	88,50	92,60	12,13%
Brasil	0,745	0,849	81,00	86,7	13,96%

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009) para os dados municipais, da SDR e do estado; a partir de PNUD (2009) para o IDH-M Educação do país; e a partir de IBGE (2009) para os dados da taxa de alfabetização do Brasil.

Nota: (*) Para obter o IDH-M Educação da SDR foi calculada a média dos municípios que a integram.

3.3 Renda

Quando se analisa o t3pico da renda da popula33o, o indicador que determina o seu IDH-M 3 a renda *per capita* do munic3pio. Na Tabela 6, pode-se verificar os dados referentes ao IDH-M Renda dos munic3pios, da SDR, do estado e do pa3s.

TABELA 6: IDH-M Renda e a Renda *per capita* dos Munic3pios da SDR Ararangu3 – 1991 e 2000

Munic3pio/Regi3o/ Estado/Pa3s	IDH-M Renda 1991	IDH-M Renda 2000	Vari33o IDH-M Renda 2001	Renda <i>per capita</i> , 1991	Renda <i>per capita</i> , 2000
Ararangu3	0,644	0,719	11,65%	185,28	290,08
Balne3rio Arroio do Silva	0,604	0,706	16,89%	145,12	267,96
Balne3rio Gaivotas	0,609	0,676	11,00%	150,14	223,83
Ermo	0,637	0,687	7,85%	177,54	239,19
Jacinto Machado	0,600	0,649	8,17%	142,07	190,42
Maracaj3	0,607	0,742	22,24%	148,00	332,05
Meleiro	0,700	0,759	8,43%	258,45	367,39
Morro Grande	0,674	0,665	-1,34%	220,88	210,13
Passo de Torres	0,616	0,673	9,25%	156,60	219,59
Praia Grande	0,638	0,673	5,49%	178,70	220,01
Santa Rosa do Sul	0,639	0,661	3,44%	178,81	204,64
S3o Jo3o do Sul	0,601	0,658	9,48%	143,09	200,71
Sombrio	0,62	0,707	14,03%	159,98	269,17
Timb3 do Sul	0,598	0,708	18,39%	140,68	270,49
Turvo	0,718	0,753	4,87%	287,12	354,31
SDR Ararangu3*	0,634	0,695	9,62%	178,16	257,33
Santa Catarina	0,682	0,750	9,97%	232,30	348,70
Brasil**	0,674	0,713	5,79%	123,01	170,85

Fonte: Elabora33o pr3pria a partir de Atlas (2009) para os dados municipais, da SDR e do estado e; a partir de PNUD (2009) para o IDH-M Renda do pa3s; e a partir de Atlas (2009) para os dados de renda *per capita* do pa3s, a partir da m3dia dos munic3pios brasileiros.

Notas: (*) Para obter o IDH-M Renda da SDR foi calculada a m3dia dos munic3pios que a integram.

Pelo exposto, pode-se verificar que h3 um incremento de renda *per capita* entre 1991 e 2000 em todos os munic3pios, com exce33o de Morro Grande, que teve queda na renda *per capita* de 1,34%, ocasionando uma redu33o no IDH-M do munic3pio, que passou de 0,674, em 1991, para 0,665, em 2000. Vale destacar tamb3m que este munic3pio apresentou uma queda no n3mero de habitantes nesse per3odo: de 3.693 habitantes, em 1991, passou para 2.917 habitantes em 2000. Ou seja, houve uma redu33o do n3vel de renda absoluta da popula33o, acompanhada por uma queda do n3vel de renda relativa, e a primeira se deu de maneira mais acentuada que a segunda. Considerando que os demais munic3pios da SDR Ararangu3

apresentaram um incremento na renda, há de se questionar quais os fatores que impactaram negativamente na variação da renda *per capita* de Morro Grande. Ainda, em razão de alguns municípios apresentarem aumento populacional, ao passo que outros apresentaram uma queda no número de habitantes entre os anos de 1991 e 2000, pode-se questionar se essa configuração não se deu em virtude de migração entre os municípios.

Ainda, com relação à renda, há de se avaliar a sua composição. Estas informações são apresentadas na Tabela 7.

TABELA 7: Indicadores da Composição da Renda dos Municípios da SDR Araranguá – 1991 e 2000

Município	% da renda proveniente de transferências governamentais		% da renda proveniente de rendimentos do trabalho		% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Araranguá	11,4	14,9	84,52	73,01	9,06	12,69
Balneário Arroio do Silva	12,78	18,93	82,91	65,56	11,84	16,61
Balneário Gaivota	12,88	18,2	81,99	65,49	11,45	17,2
Ermo	8,67	14,39	84,49	72,87	5,03	12,6
Jacinto Machado	9,16	15,58	86,77	75,01	6,02	14,73
Maracajá	11,62	13,16	84,56	72,28	8,61	11,64
Meleiro	7,11	13,69	84,35	73,05	5,05	11,77
Morro Grande	6,38	13,02	86,77	73,4	4,09	10,64
Passo de Torres	10,61	15,55	84,71	68,65	9,01	14,9
Praia Grande	9,25	16,71	82,84	71,09	7,12	14,59
Santa Rosa do Sul	7,68	14,08	86,16	73,81	5,93	12,27
São João do Sul	9,86	16,44	85,16	76,75	8,11	14,4
Sombrio	8,24	12,69	85,1	71,63	6,06	11,1
Timbé do Sul	8,97	15,4	86,35	75,75	6,01	12,64
Turvo	7,2	11,19	87,1	75,66	4,95	8,32

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009).

A Tabela 7 mostra que em todos os municípios da SDR Araranguá houve, entre os anos 1991 e 2000, um aumento no percentual da renda proveniente de transferências governamentais. Os municípios que apresentaram um maior incremento nesse percentual foram Morro Grande e Meleiro, com aumentos de 104,08% e 92,55%, respectivamente, entre os anos selecionados. Em contrapartida, todos os municípios selecionados apresentaram uma variação negativa entre os anos de 1991 e 2000 no que se refere ao percentual de renda proveniente de rendimentos do trabalho. As variações mais significativas ficaram por conta de Balneário Arroio do Silva (-20,93%) e Balneário Gaivota (-20,12%).

Ainda, com relação ao percentual de pessoas com mais de 50% da renda proveniente de transferências governamentais, constata-se um aumento em todos os municípios da região

SDR Araranguá. Vale ressaltar que são aumentos bastante significativos, uma vez que sete deles apresentaram mais de 100% de aumento nesse percentual. Morro Grande e Ermo, com 160,15% e 150,50% de incremento nesse percentual, respectivamente, são aqueles que mais se destacaram nessa análise.

Dessa forma, pode-se afirmar que houve um considerável aumento na participação do governo na composição da renda dessa região, ao passo que os rendimentos do trabalho tiveram uma perda relativa. Isso pode indicar uma falta de dinamismo econômico na SDR, visto que passa a haver uma dependência cada vez maior das transferências do governo para que haja um incremento na renda dessa população.

A dimensão renda apresentou o pior desempenho dentre os subíndices do IDH-M na SDR Araranguá. Somente os municípios de Meleiro e de Turvo alcançaram um IDH-M Renda, em 2000, superior ao estado de Santa Catarina. Por fim, em relação à desigualdade de renda na SDR, de acordo com SPG (2009), o Índice de Gini (2000) revelou uma variação entre 0,47 (Morro Grande e Santa Rosa do Sul apresentaram a melhor distribuição de renda na região) e 0,62 (Meleiro e Maracajá apresentaram o pior desempenho). Em Santa Catarina, neste mesmo ano, o Índice de Gini foi de 0,56, enquanto o Brasil apresentou 0,594 (2001).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As preocupações atuais do desenvolvimento regional estão, em grande parte, relacionadas à concentração industrial, às aglomerações geográficas das atividades econômicas e à desigualdade na distribuição pessoal e, principalmente, regional da renda. O planejamento no âmbito regional permite a avaliação das atividades econômicas, de suas localizações e dos problemas relativos à concentração ou à dispersão dessas atividades. Por estes motivos, o desenvolvimento regional deve ser promovido por meio do planejamento regional e, portanto, as SDRs surgem como uma estratégia nessa direção.

Na SDR Araranguá, observou-se que há uma concentração das atividades econômicas em poucos municípios, além de uma hegemonia do setor de serviços e da cultura do arroz no setor agrícola. Também se verificou que, apesar, das dimensões saúde e educação apresentarem padrões positivos ao longo do período de análise, a renda é a dimensão que exige maior atenção e, neste aspecto, ressalta-se a importância da geração de empregos

formais, da ampliação do grau de escolaridade e da redução da desigualdade de renda. Na busca pelo desenvolvimento da região, o estudo propõe algumas estratégias nessa direção:

1. Mercado de trabalho: ressalta-se a importância de cursos profissionalizantes para capacitar os jovens e os adultos a um mercado de trabalho formal cada vez mais exigente em relação à qualificação e às competências profissionais na indústria e no comércio.
2. Turismo: como setor com grande potencialidade para o desenvolvimento regional, deveria ser estimulado por meio de uma política de educação histórico-ambiental direcionada, principalmente, à população da região. A partir dessa conscientização, a esfera pública, associada às associações comerciais e à sociedade civil, deveria estabelecer como prioridades: a preservação ambiental, com investimentos na área de infraestrutura (saneamento etc.); a qualificação profissional; e a preservação do patrimônio histórico cultural.
3. Agropecuária: promoção de políticas ambientais; incentivo para a agricultura familiar, com o objetivo de ampliar o nível de renda e estimular a permanência da mão-de-obra no meio rural; formulação de política agrária direcionada para o incentivo à diversificação das atividades, evitando seu desenvolvimento a partir, exclusivamente, da monocultura do arroz, à educação-capacitação técnica de jovens do meio rural e ao turismo rural.

No que diz respeito à área da longevidade, analisada a partir do IDH-M, verifica-se que houve avanço na esperança de vida da população da SDR, já que sete municípios conseguiram alcançar o alto desenvolvimento em 2000 e os demais se enquadraram no médio desenvolvimento. Os municípios que conquistaram uma esperança de vida mais alta e, por consequência, o melhor IDH-M Longevidade, foram Araranguá e Sombrio, com 74,72 anos. Além disso, ressalta-se que 14 municípios conquistaram índices melhores do que o do Brasil, com exceção de Meleiro.

No quesito educação, todos os municípios alcançaram o alto desenvolvimento em 2000, assim como o IDH-M médio da SDR, de Santa Catarina e do Brasil. Turvo ocupou a primeira posição com relação à população alfabetizada, obtendo o terceiro IDH-M mais alto dos municípios, 0,889. Já no outro extremo, encontra-se Praia Grande, que, nesse mesmo ano, teve o menor percentual da população alfabetizada, 87,66%, obtendo o IDH-M de 0,850. Cabe ressaltar que Santa Catarina obteve o melhor índice em 2000, com 0,808.

A renda da SDR, área que merece ser aprofundada, conforme ressaltado nesse estudo, obteve grande incremento em relação ao percentual de pessoas com mais de 50% da renda

provenientes de transferências governamentais. Vale destacar que são aumentos bastante significativos, uma vez que do total de municípios dessa região, sete deles apresentaram mais de 100% de aumento nesse percentual. Desta forma, os dados podem indicar uma falta de dinamismo econômico na região. Outra questão relevante é que esse aumento representa o avanço de 1991 a 2000 e, a partir de 2002, com a ampliação do Programa Bolsa Família, esse percentual possivelmente obteve acréscimo, que deve repercutir tanto na renda quanto na educação, já que para receber o benefício a criança deve ter presença na sala de aula.

É possível concluir que políticas direcionadas para intensificar o crescimento econômico e a redistribuição de renda deveriam ser priorizadas na região analisada. Além disso, chama a atenção o bom desempenho da educação básica da SDR, do estado e do país, resultado de gastos públicos direcionados à área, objetivando terminar com o analfabetismo. Como forma de desenvolvimento regional, a melhor opção seria a implantação de políticas de geração de emprego e a promoção de educação técnica e/ou superior, além do incentivo à agricultura familiar e a ampliação da planta produtiva da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil. Brasília: PNUD. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: jul. 2009.

BUTZKE, Lucina; THEIS, Ivo Marcos; GOULARTI, Juliano Giassi. Qual “Desenvolvimento territorial sustentável” para Santa Catarina? As Secretarias de Desenvolvimento Regional em questão. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 3., 2009, Blumenau (SC). **Anais...** Blumenau (SC): APEC, 2009.

ESTUDO Diagnóstico da Regional Araranguá: elaboração a partir das informações produzidas nas Oficinas de Diagnóstico. Florianópolis: Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 2005. Projeto BRA 03/008. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/SDRs/Ararangua/Diagnostico_Regional_Ararangua.doc>. Acesso em: 17 dez. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

KRÜTZMANN, Vanessa; MASSUQUETTI, Angélica. Análise do Desenvolvimento Socioeconômico no Sul do Brasil: Impacto da Reestruturação Política, Administrativa e Fiscal nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. In: WORKSHOP APDR: Casos de Desenvolvimento Regional, 5., 2010, Coimbra (Portugal). **Anais...** Coimbra (Portugal): APDR, 2010.

MEU LUGAR. **Plano de Desenvolvimento Regional – Projeto Meu Lugar**. Disponível em: http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/SDRs/Ararangua/22_pdr.swf. Acesso em: dez. 2009.

PNUD. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A experiência brasileira recente**. Disponível em: <http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/EmpregoDesenvHumanoTrabDecente.pdf>. Acesso em: jul. 2009.

SC 2008. **Santa Catarina em Dados 2008**. Disponível em: <http://www.fiescnet.com.br/>. Acesso em: 15 nov. 2009.

SC 2009. **Santa Catarina em Dados 2009**. Disponível em: <http://www.fiescnet.com.br/>. Acesso em: 10 nov. 2010.

SDR ARARANGUÁ. **Araranguá**: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <http://www.sc.gov.br/sdr/ararangua/mapamunicipiosararangua.htm>. Acesso em: 10 dez. 2009.

SPG. Secretaria de Estado do Planejamento do Governo do Estado de Santa Catarina. **Estatísticas**. Resumo Socioeconômico Regional. Araranguá. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/estatistica/regionais/ararangua.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2009.